

FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS FGBP
RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2017

Administradora: Desenhahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

Rua Ivonne Silveira, 213 – Doron

Salvador - Ba – CEP 41.194-015

Tel: (71) 3103-1040/1058

1. Introdução

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias (FGBP), cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, tem como competência precípua a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP). Em 03 de junho de 2013, ocorreu a primeira Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o Estatuto e o Regulamento do Fundo, assim como estabeleceu o valor nominal das cotas e as condições para a integralização inicial dessas pelo Estado da Bahia. Em 14 de outubro do mesmo ano, na segunda Assembleia Geral Extraordinária, foram aprovadas a garantia e suas condições para o Contrato de PPP para implantação e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas ("SMSL"). Na Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 22 de outubro de 2014, foram aprovadas alterações no Estatuto e Regulamento do Fundo.

O presente relatório foi elaborado em cumprimento aos artigos 3º, 33, 34 e 36 e representa também o Relatório do Cotista, conforme previsto no inciso III do art. 33, todos constantes no Regulamento do Fundo. Este documento está disponível ao Conselho Consultivo do FGBP em cumprimento ao inciso IV, art. 13, do Estatuto do FGBP.

2. Negócios realizados no período

Não se aplica. Não foram realizados novos negócios com os recursos do FGBP no exercício de 2017. Todo o patrimônio do Fundo manteve-se aplicado em fundos de renda fixa e referenciado, conforme detalhamento disposto no subitem 5.2 deste relatório.

3. Obrigações contraídas no período

Não se aplica. Não foram contraídas novas obrigações em 2017. Mantiveram-se apenas as obrigações contraídas com o Contrato de PPP para implantação e operação do SMSL.

4. Honra a garantias

- 4.1. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 19.741.272,68 (dezenove milhões, setecentos e quarenta e um mil, duzentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos), em 21/08/2014, referente ao 1º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente (SEDUR), em 12 de março de 2015;
- 4.2. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 3.278.827,30 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e trinta centavos), em 29/10/2014, referente ao 2º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente, em 12 de março de 2015;
- 4.3. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 33.607.979,78 (trinta e três milhões, seiscentos e sete mil, novecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos) em 02/01/2015, referente ao 4º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente, em 8 de julho de 2015.
- 4.4. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 69.475.993,75 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) em 27/05/2015, referente ao 3º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente, em 20 de janeiro de 2016.
- 4.5. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 23.200.000,00 (vinte e três milhões e duzentos mil reais) em 15/03/2016, referente ao 17º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente, em 19 de maio de 2016.
- 4.6. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 29.920.000,00 (vinte e nove milhões e novecentos e vinte mil reais) em 04/04/2016, referente ao 18º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente, em 19 de maio de 2016.
- 4.7. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 21.306.703,83 (vinte e um milhões trezentos e seis mil setecentos e três reais e oitenta e três centavos) em 30/08/2016,

referente ao 9Aº Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente, em duas partes, pagas em 05 de setembro e 24 de outubro de 2016.

- 4.8. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 45.920.000,00 (quarenta e cinco milhões novecentos e vinte mil reais) em 05/10/2016, referente ao 13º Aporte. Este valor foi ressarcido ao FGBP, pelo Concedente, em 29 de novembro de 2016.
- 4.9. Pagamento à concessionária do SMSL de R\$ 41.328.000,00 (quarenta e um milhões trezentos e vinte e oito mil reais) em 13/10/2017, referente ao 30º Aporte.

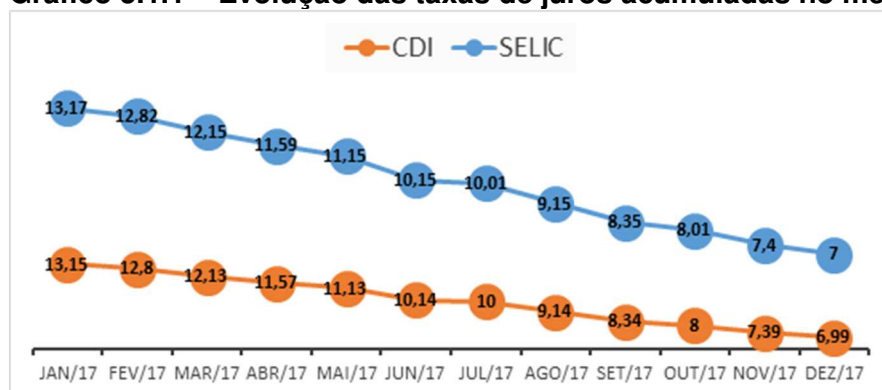
5. Evolução Patrimonial do Fundo

5.1. Conjuntura econômica e perspectivas para 2018

Os recursos do FGBP foram aplicados no mercado financeiro, em títulos de renda fixa e referenciado no DI. O fundo não possui operações em outros segmentos. No ano de 2017, o comportamento dos principais indicadores financeiros e econômicos, apesar de uma pequena turbulência nos primeiros meses, estiveram relativamente estáveis.

As taxas SELIC e CDI trilham uma trajetória de queda ao longo do ano, atingindo o patamar de 7% ao ano no final de 2017 (ver Gráfico 5.1.1). Para 2018, as perspectivas são de taxas em torno de 6,75% a 7,25%.

Gráfico 5.1.1 – Evolução das taxas de juros acumuladas no mês



Fonte: Banco Central do Brasil.

No que tange à operacionalização do FGBP, as perspectivas para o exercício de 2018 são de continuação da política de valorização dos recursos do fundo, por meio da aplicação dos seus ativos em fundos com rentabilidade próxima ao do CDI e da sub-rogação dos direitos referentes às honras de garantias realizadas.

Acredita-se que o FGBP deverá honrar um volume significativo de garantias ao longo do ano de 2018, em virtude da fase atual do contrato de concessão patrocinada nº 01/2013 (implantação e operação do SMSL), associada às perspectivas de dificuldades pelo poder concedente para pagamentos das obrigações.

5.2. Principais movimentações

Com a utilização de recursos do FGBP para honras do 1º e do 2º Aportes, em 2014, e do 4º Aporte, no início de 2015, todos do Contrato de PPP do SMSL, a relação Patrimônio Disponível/Garantias caiu para indicador menor que 1, sendo necessária a recomposição do saldo mínimo do Fundo pelo Cotista. Conforme previsto pela Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, como o Cotista não recompôs o saldo dentro do prazo legal, foram utilizados os recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, em 11 de fevereiro de 2015, para a necessária recomposição do saldo mínimo do FGBP, através da transferência de R\$ 23,7 milhões. Com isso, o FGBP passou a apresentar saldo disponível de R\$ 250 milhões naquela data. Em 12 de março de 2015, o Concedente (SEDUR) ressarciu o Fundo com os valores honrados dos Aportes 1º e 2º.

No mês de abril de 2015, o Estado da Bahia, como único Cotista do Fundo, solicitou o resgate dos recursos não comprometidos com garantias, o que representou a redução de R\$ 26,7 milhões do patrimônio do Fundo. Ainda assim, a relação Patrimônio Disponível/Garantias permaneceu acima de 1.

No dia 27 de maio de 2015, foram utilizados os recursos do FGBP para honrar o 3º Aporte, no valor de R\$ 69,5 milhões, o que fez com que a relação Patrimônio Disponível/Garantias voltasse ao patamar abaixo de 1. Entretanto, como o Concedente (SEDUR) ressarciu o Fundo por conta da honra do 4º Aporte, em 08 de julho de 2015, essa relação voltou a se elevar e atingiu o patamar de 1,18 no fechamento do exercício de 2015.

Em 20 de janeiro de 2016, o Concedente ressarciu os valores honrados do 3º Aporte e, com isso, as disponibilidades do Fundo superaram os valores mínimos requeridos. Diante desse cenário, o Estado da Bahia, único Cotista do Fundo, solicitou o resgate do valor não comprometido com garantias, de montante de R\$ 56,9 milhões, movimentação que se efetivou em 28 de janeiro de 2016.

No primeiro quadrimestre de 2016, o FGBP foi acionado pela concessionária do SMSL para honrar os pagamentos referentes aos 17º e 18º Aportes. O primeiro pagamento ocorreu no dia 15 de março e o segundo, em 04 de abril de 2016. O Concedente ressarciu esses valores honrados pelo FGBP logo em seguida, em dia 19 de maio de 2016.

Ainda no mês de maio/2016, dois eventos relevantes ocorreram:

- Em 03/05/2016, houve a recomposição do saldo mínimo do FGBP através da utilização dos recursos do FUNDESE, com a transferência de R\$ 45,3 milhões para o Fundo. A motivação do evento decorreu do saldo disponível do FGBP abaixo do limite mínimo de R\$ 250 milhões após a honra do 17º Aporte e a não recomposição dentro do prazo legal por parte do Cotista.
- Em 31/05/2016, após o ressarcimento do Poder Concedente dos valores honrados pelo Fundo, o único cotista resgatou R\$ 55 milhões, que não estavam comprometidos com garantias.

No segundo semestre de 2016, o FGBP foi acionado pela concessionária do SMSL para honrar os pagamentos referentes aos 9º e 13º Aportes. O primeiro desses pagamentos ocorreu em 30 de agosto, sendo ressarcido em duas parcelas, uma paga em 05 de setembro e a outra, em 24 de outubro de 2016. O segundo pagamento ocorreu em 05 de outubro, tendo sido ressarcido pelo Concedente no dia 29 de novembro de 2016. No exercício de 2017, no mês de abril, o FUNDESE integralizou R\$ 65 milhões em nome do Estado da Bahia no FGBP.

5.3. Rentabilidade e valor patrimonial das cotas

O valor integralizado em cotas do FGBP esteve aplicado em fundos de renda fixa e referenciado. Considerando o patrimônio consolidado, principal e rendimentos das aplicações, bem como a integralização de R\$ 65 milhões no mês de abril, os recursos do FGBP perfazem um saldo total disponível, apurado em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 261.076.340, já descontada a taxa de administração da DESENBAHIA e outros encargos.

Tabela 5.3.1 – Resumo financeiro – Exercício de 2017 (Regime de caixa)

MÊS REF	jan-17	fev-17	mar-17	abr-17	mai-17	jun-17
Saldo Inicial - R\$	269.229.459	272.063.594	274.327.626	277.135.563	344.366.090	347.489.505
Receita Apurada no Mês - R\$	2.923.576	2.354.139	2.878.562	2.321.683	3.195.466	2.887.037
Integraliz. Novas Cotas - R\$	-	-	-	65.000.000	-	-
Resgate de Cotas - R\$	-	-	-	-	-	-
Taxa Adm. DESENBAHIA - R\$	89.441	87.707	70.624	86.357	69.650	95.864
Honra Garantia (saída/entrada) - R\$						
Custos de Auditoria - R\$	-	2.400	-	4.800	2.400	2.400
Outras Taxas - R\$	-	-	-	-	-	9.310
Subtotal (disponibilidade) - R\$	272.063.594	274.327.626	277.135.563	344.366.090	347.489.505	350.268.969
Direito a Receber - R\$						
Saldo Final no Mês - R\$	272.063.594,03	274.327.625,69	277.135.563,26	344.366.089,73	347.489.505,45	350.268.968,51
Quantidade de Cotas	194.517.434	194.517.434	194.517.434	239.893.283	239.893.283	239.893.283
Valor da Cota - R\$	1,398659174	1,410298396	1,424733799	1,435497009	1,448517031	1,460103279
Relação Patrimônio Disponível /Garantias	1,360	1,372	1,386	1,722	1,737	1,751
Rentabilidade no Mês	1,09%	0,87%	1,05%	0,73%	0,93%	0,83%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada Mês	99,67%	99,58%	99,92%	99,61%	100,27%	101,89%
Rentabilidade Acumulada no Ano	1,09%	1,96%	3,03%	2,73%	3,44%	4,28%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada no ano	99,67%	99,63%	99,73%	99,69%	99,84%	100,97%
MÊS REF	jul-17	ago-17	set-17	out-17	nov-17	dez-17
Saldo Inicial - R\$	350.268.969	352.964.664	355.673.837	357.843.903	258.374.794	301.079.910
Receita Apurada no Mês - R\$	2.784.327	2.795.103	2.256.319	1.928.980	1.437.385	1.369.952
Integraliz. Novas Cotas - R\$	-	-	-	-	-	-
Resgate de Cotas - R\$	-	-	-	60.000.000	-	-
Taxa Adm. DESENBAHIA - R\$	86.231	83.530	83.853	67.690	57.869	43.122
Honra Garantia (saída/entrada) - R\$				41.328.000		
Custos de Auditoria - R\$	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400
Outras Taxas - R\$						
Subtotal (disponibilidade) - R\$	352.964.664	355.673.837	357.843.903	258.374.794	259.751.910	261.076.340
Direito a Receber - R\$				41.328.000,00	41.328.000,00	41.328.000,00
Saldo Final no Mês - R\$	352.964.664,30	355.673.837,25	357.843.903,40	299.702.794,23	301.079.909,77	302.404.340,33
Quantidade de Cotas	239.893.283	239.893.283	239.893.283	199.762.048	199.762.048	199.762.048
Valor da Cota - R\$	1,471340341	1,482633583	1,491679548	1,500298970	1,507192750	1,513822791
Relação Patrimônio Disponível /Garantias	1,765	1,778	1,789	1,292	1,299	1,305
Rentabilidade no Mês	0,80%	0,79%	0,63%	0,64%	0,56%	0,53%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada Mês	98,83%	98,83%	98,93%	98,80%	98,05%	97,77%
Rentabilidade Acumulada no Ano	5,09%	5,91%	6,57%	7,99%	8,57%	9,13%
Rentab.S/ CDI Cetip Acumulada no ano	100,06%	99,89%	99,79%	99,69%	99,60%	99,48%

A relação entre o patrimônio disponível e as garantias outorgadas, no valor de R\$ 200 milhões, fechou 2016 em 1,346. Em janeiro de 2017, essa relação alcançou 1,36. No mês de abril, o indicador saltou para 1,722, em razão da integralização de cotas pelo FUNDESE no valor de R\$ 65 milhões. Em outubro, o cotista resgatou cotas no valor de R\$ 60 milhões e, consequentemente, a relação patrimônio/garantias caiu de 1,789, em setembro, para 1,292 em outubro. Ao fechar o exercício de 2017, a relação patrimônio/garantias situou-se na casa de 1,305 (ver gráfico 5.3.1).

Gráfico 5.3.1 – Relação Patrimônio/Garantia



Cabe destacar que o valor da cota se manteve crescente ao longo de 2017. Isto decorreu do fato de o patrimônio total do FGBP não ter sido reduzido após os pagamentos, dado que o Fundo se sub-rogou no direito do parceiro privado a receber do Concedente todos valores que foram honrados. Considerando também os rendimentos auferidos, a cota, que começou o ano valendo R\$ 1,398, alcançou o valor de R\$ 1,5138 no mês de dezembro de 2017 (Gráfico 5.3.2). No exercício de 2016, o valor inicial da cota foi R\$ 1,24. Com a valorização no exercício, a cota alcançou R\$ 1,38 em dezembro de 2016 (Gráfico 5.3.3).

Gráfico 5.3.2 – Valor da Cota em 2017

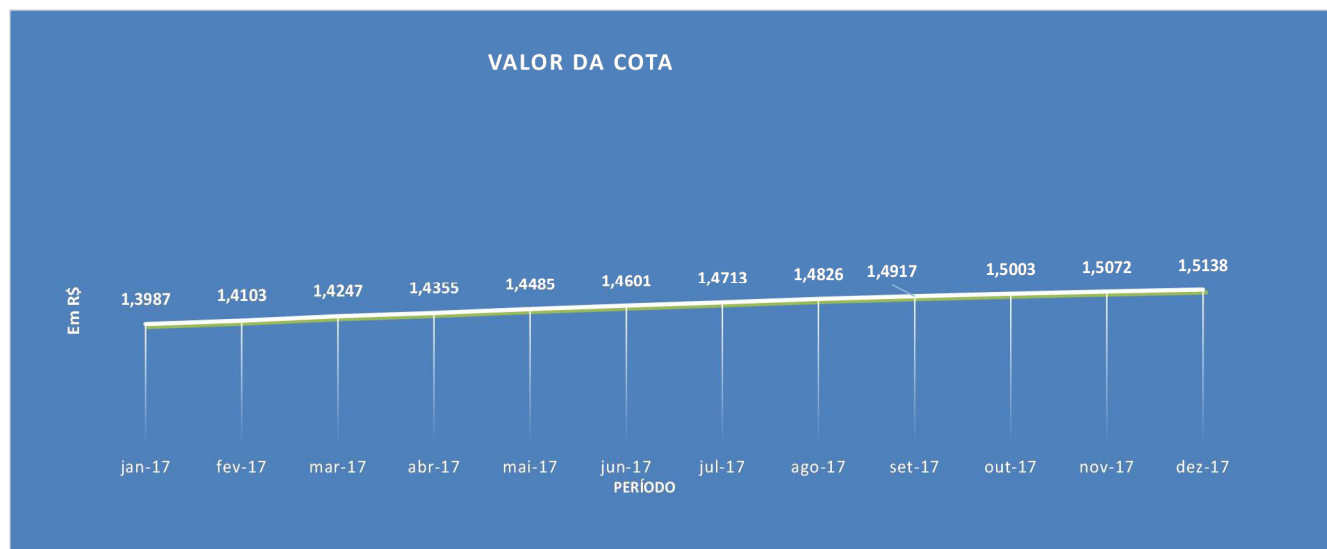
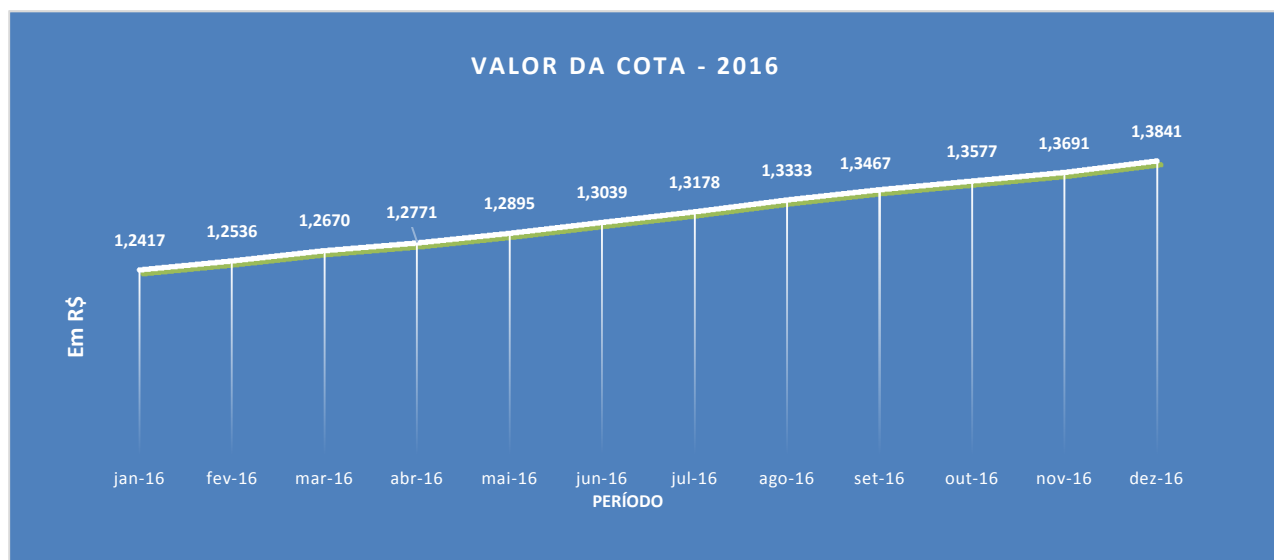


Gráfico 5.2.3 – Valor da Cota em 2016



No que tange à rentabilidade da carteira de aplicação do FGBP, os rendimentos em relação ao CDI começaram o ano de 2017 em 99,67%, sofrendo pequenas oscilações até o mês de maio. Em junho/2017, essa relação saltou para 100,97%, um dos maiores valores da série desde a criação do Fundo. Em dezembro de 2017, a rentabilidade da carteira voltou ao patamar de 99,48%. A rentabilidade acumulada no exercício de 2017 foi de 9,13% (ver Gráfico 5.3.4). Observa-se que a rentabilidade obtida em 2017 ficou abaixo da auferida no exercício anterior. Com efeito, no exercício de 2016, os rendimentos iniciaram em 99,7%, em relação ao CDI, sofrendo queda até março e recuperação gradual nos meses seguintes, passando, a partir de agosto, a oscilar entre 99,63% e 99,64%. A rentabilidade acumulada no ano de 2016 chegou a 13,18%.

Gráfico 5.3.4 – Rentabilidade Acumulada em 2017

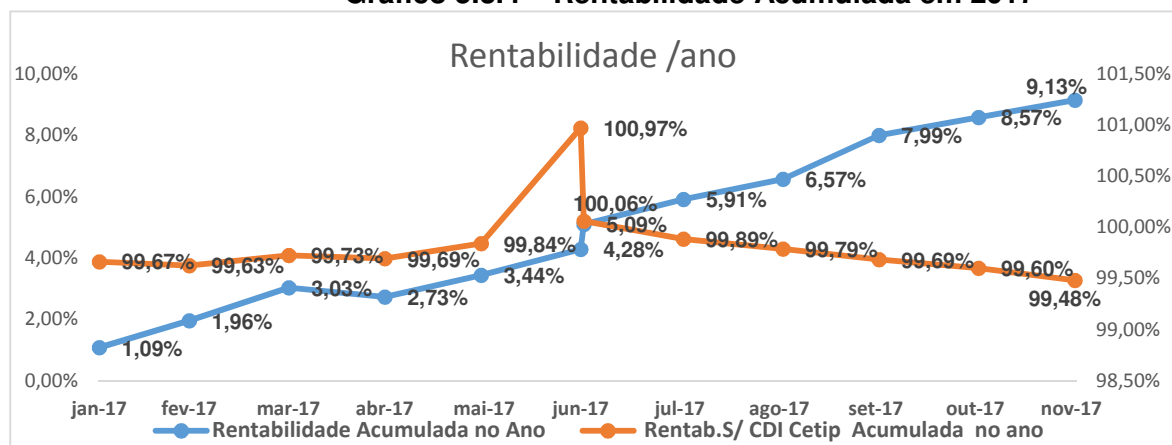
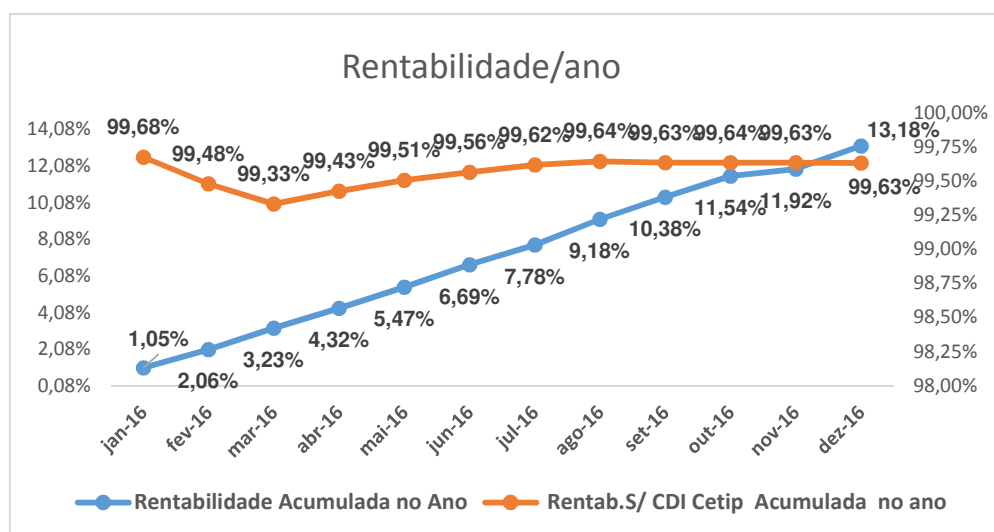


Gráfico 5.3.5 – Rentabilidade Acumulada em 2016



5.4. Encargos debitados

Os encargos e taxas debitados no exercício de 2017, considerando o regime de caixa, totalizaram R\$ 957,6 mil (0,3% do patrimônio médio semestral em 2017¹), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 921,9 mil referem-se à taxa de administração da Desenhahia (3% dos rendimentos do período de dezembro de 2016 a novembro de 2017);
- R\$ 26,4 mil referentes a custos com Auditoria Independente;
- R\$ 9,3 mil referentes às taxas municipais pagas no período.

No exercício de 2016, os encargos e taxas debitados, considerando o regime de caixa, totalizaram o montante de R\$ 1.059,7 mil (0,4% do patrimônio médio semestral em 2016), distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 952,6 mil referem-se à taxa de administração da Desenhahia (correspondente a 3% dos rendimentos referentes ao período de dezembro de 2015 a novembro de 2016, pagos em 2016);
- R\$ 85,9 mil referentes a custos com Auditoria Independente pagos em 2016;
- R\$ 21,2 mil referentes aos seguintes custos pagos no período: taxas municipais de fiscalização (R\$ 8,8 mil) e custos de publicação (R\$ 12,4 mil) do relatório de administração 2015, em cumprimento ao Regulamento do Fundo, Art. 34.

5.5. Investimentos Imobiliários

Não se aplica no período analisado.

5.6. Valor de mercado dos ativos

Não se aplica no período analisado.

6. Programa de Investimentos para o próximo período

Não há perspectivas de novos investimentos para o próximo período. Entretanto, com base no saldo disponível em 31 de dezembro de 2017, de R\$261 milhões, o fundo apresenta disponibilidade de R\$ 61 milhões para outorga de novas garantias.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP

(Administrado pela Desenhahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.)

Salvador-Ba

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP** (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou

¹ O patrimônio líquido era de R\$350.180 mil em 30/06/2017 e de R\$ 302.361 mil em 31/12/2017. No exercício de 2016, o patrimônio era de R\$208.285 mil em 30/06 e de R\$ 269.140 mil em 31/12.

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 18 de maio de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - BA

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 - S - BA

Manuel Perez Martinez Junior
Contador CRC BA - 025458/O-0

FUNDO GARANTIDOR BAIANO DE PARCERIAS - FGBP

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	261.076	269.229	Obrigações diversas	7	43	89
Outros créditos	6	41.328	-			43	89
		302.404	269.229	Patrimônio líquido	8		
				Capital Social		185.309	180.309
				Reserva de capital		117.052	88.831
						302.361	269.140
Total do ativo		302.404	269.229	Total do passivo e do patrimônio líquido		302.404	269.229

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		
(+) Rendas com títulos e valores mobiliários	28.447	31.371
(-) Rendas com certificados de depósitos bancários	686	669
(=) Resultado bruto da intermediação financeira	29.133	32.040
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais		
Despesas administrativas	(29)	(79)
Despesas tributárias	(9)	(9)
Outras despesas operacionais	(874)	(961)
(=) Resultado operacional	28.221	30.991
(=) Lucro antes da tributação sobre lucro e participações	28.221	30.991
(=) Lucro líquido do exercício	28.221	30.991

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital realizado	Reserva de lucro	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017		180.309	88.831	-	269.140
Lucro líquido do exercício		-	-	28.221	28.221
Movimentação do capital com:					
Subscrição de cotas	8	65.000	-	-	65.000
Resgate de cotas	8	(60.000)	-	-	(60.000)
Destinação:					
Constituição de reserva de lucro		-	28.221	(28.221)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		185.309	117.052	-	302.361
Mutações do exercício		5.000	28.221	-	33.221
Saldos em 01 de janeiro de 2016		246.956	57.840	-	304.796
Lucro líquido do exercício		-	-	30.991	30.991
Movimentação do capital com:					
Subscrição de cotas	8	45.253	-	-	45.253
Resgate de cotas	8	(111.900)	-	-	(111.900)
Destinação:					
Constituição de reserva de lucro		-	30.991	(30.991)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		180.309	88.831	-	269.140
Mutações do exercício		(66.647)	30.991	-	(35.656)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	28.221	30.991
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	45.486	(123.211)
Estoques	(41.328)	69.476
Impostos a recuperar	(46)	(11)
Caixa líquido das atividades operacionais	32.333	(22.755)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Subscrição de cotas	65.000	45.253
Resgate de cotas	(60.000)	(111.900)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	5.000	(66.647)
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	37.333	(89.402)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (nota 4)	22.658	112.060
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (nota 4)	59.991	22.658
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	37.333	(89.402)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP ("Fundo") foi instituído pela Lei nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012.

O Fundo tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O Fundo é regido pelo seu Regulamento e Estatuto, aprovados na primeira Assembleia de Cotistas realizada em 3 de junho de 2013. Neste ato também foi autorizada a integralização inicial de capital do Fundo com recursos do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ao Estado da Bahia. Com a publicação do estatuto em 27 de setembro de 2013 tiveram início as operações do Fundo. O aporte de capital ocorreu em 15 de outubro de 2013.

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. foi designada administradora do Fundo mediante regulamento.

Política de investimentos

O Fundo tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas através da gestão e administração de uma carteira de ativos financeiros, títulos e valores mobiliários, moeda corrente, bens móveis e imóveis e ou outros direitos com valor patrimonial, buscando a manutenção de sua rentabilidade, segurança e liquidez.

O patrimônio de cada cotista é a soma da quantidade de cotas multiplicada pelo respectivo valor das mesmas.

A gestão do Fundo deve buscar compatibilizar a evolução do ativo comprometido com a trajetória esperada para as obrigações assumidas, de acordo com os respectivos prazos e indexadores.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

De acordo com o regulamento do Fundo, o mesmo tem contabilidade própria, compatível com o sistema adotado pelo seu administrador, Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.. Assim sendo, as suas demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Desenbahia em 18 de maio de 2018.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional do Fundo.

Estimativas e premissas foram utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenha efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios aqui apresentados.

- (a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios;
- (b) A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece às normas e instruções do Banco Central do Brasil;
- (c) Os títulos e valores mobiliários registram a aplicação de disponibilidades de caixa em títulos públicos federais, inclusive em cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos de investimento;
- (d) Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável;
- (e) As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável;
- (f) Para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, as aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento de até 90 dias,

registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço;

- (g) Para apuração de tributos, o Fundo está submetido à imunidade recíproca, que protege as pessoas jurídicas de direito público umas das outras, no que concerne à incidência dos impostos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Cotas de fundos de renda fixa (i)	59.991	22.658
	59.991	22.658

- (i) Apesar de o fundo ser exclusivo e possuir um patrimônio líquido de R\$ 201.056 (R\$ 252.928 em 2016), apenas R\$ 59.991 representam equivalentes de caixa pois este é o lastro de ativos com vencimento no curto prazo, garantindo a liquidez de um eventual resgate de cotas.

5. Títulos e valores mobiliários

	2017	2016
CDB	-	16.301
Cotas de Fundos Referenciados (i)	60.020	-
Cotas de Fundos Mútuos de Renda Fixa (ii)	201.056	252.928
	261.076	269.229

- (i) Aplicação em fundo não exclusivo, Caixa Econômica Federal em Fundo Referenciado FIC TOP, com liquidez diária e apresentou rentabilidade de 99,4988% do CDI no ano.
- (ii) Aplicação no Fundo de Investimento Caixa FGBP Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo, com uma rentabilidade no ano de 99,48% do CDI (99,63% em 2016).

Estes fundos possuem a seguinte composição por faixa de vencimento:

Faixa de vencimento - 2017							
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 2 à 3 anos	Acima de 3 anos	Total
FI FGBP CRED PRIV LP	(29)			38.504		162.581	201.056
Disponibilidades	1	-	-	-	-	-	1
Operações compromissadas	-	-	-	-	-	119.883	119.883
Depósitos à prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	-	-	38.504	-	-	38.504
Títulos públicos	-	-	-	-	-	42.698	42.698
Valores a pagar	(30)	-	-	-	-	-	(30)
CAIXA FIC TOP REF DI LP	5.642.995	-	-	-	-	-	5.642.995
Cotas de Fundos de Investimento	5.643.041	-	-	-	-	-	5.643.041
Valores a receber	18	-	-	-	-	-	18
Valores a pagar	(64)	-	-	-	-	-	(64)
	<u>5.642.966</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.504</u>	<u>-</u>	<u>162.581</u>	<u>5.844.051</u>
Faixa de vencimento - 2016							
	Sem vencimen to	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 2 à 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Disponibilidades	1	-	-	-	-	-	1
Operações compromissadas	2.037	-	-	-	-	68.348	70.385
Depósitos à prazo e outros títulos de instituições financeiras	-	20.659	134.662	-	-	-	155.321
Títulos públicos	-	-	-	-	-	27.260	27.260
Valores a pagar	(39)	-	-	-	-	-	(39)
	<u>1.999</u>	<u>20.659</u>	<u>134.662</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>95.608</u>	<u>252.928</u>

6. Outros créditos

Em função da PPP firmada com o consórcio CCR Metrô Salvador, as seguintes honras e ressarcimentos, através da SEDUR, ocorreram:

	Valor (R\$)
Saldo inicial das garantias honradas em 1º de janeiro de 2016	69.476
(-) Ressarcimento de garantias em janeiro de 2016	(69.476)
(+) Garantias honradas em março de 2016	23.200
(+) Garantias honradas em abril de 2016	29.920
(-) Ressarcimento de garantias em maio de 2016	(53.120)
(+) Garantias honradas em agosto de 2016	21.307
(-) Ressarcimento de garantias em setembro de 2016	(8.699)
(+) Garantias honradas em outubro de 2016	45.920
(-) Ressarcimento de garantias em outubro de 2016	(12.608)
(-) Ressarcimento de garantias em novembro de 2016	(45.920)
(+) Garantias honradas em outubro de 2017	41.328
(=) Saldo final das garantias honradas em 31 de dezembro de 2017	41.328

7. Obrigações diversas

As obrigações do Fundo estão compostas por:

	2017	2016
Taxa de Administração (i)	41	89
Outras obrigações (ii)	2	-
	43	89

(i) Conforme previsto em seu regulamento, mensalmente o Fundo paga ao seu administrador (Desenbahia), pelos serviços de gestão do Fundo, uma taxa de administração equivalente a um percentual ao ano a ser aprovado em Assembleia de Cotistas, incidente sobre o rendimento líquido das aplicações financeiras do Fundo. Na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de outubro de 2013 ficou estabelecida a taxa de 3% ao ano.

(ii) Despesas com serviços de auditoria independente.

8. Patrimônio líquido

O capital social é constituído de 199.762 (194.517 em 2016) cotas, tendo o Estado da Bahia como único cotista. Movimentação das cotas:

	2017		2016	
	Capital social (R\$)	Quantidade de cotas	Capital social (R\$)	Quantidade de cotas
Saldo inicial em 1º janeiro	180.309	194.517	246.956	273.205
(+) Subscrição	65.000	45.376	45.253	35.419
(-) Resgate	(60.000)	(40.131)	(111.900)	(114.107)
(=) Saldo final em 31 de dezembro	185.309	199.762	180.309	194.517

O Fundo não pagará rendimentos a seus cotistas. A este está assegurado o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, correspondente ao patrimônio ainda não utilizado para concessão de garantias, fazendo-se a liquidação com base na situação patrimonial do Fundo.

As subscrições tiveram como objetivo manter o nível de aplicações correspondentes à prestação de garantias do Fundo em consonância com o seu regulamento. Esta recomposição de cotas se deu por meio de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, em nome do estado da Bahia.

O patrimônio líquido é constituído também por reserva de lucros no valor de R\$ 117.052 (R\$ 88.831 em 2016).

9. Partes relacionadas

Conforme reza o Pronunciamento Técnico CPC nº 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, o Fundo identificou como partes relacionadas:

- Estado da Bahia: único cotista;
- Desenhahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A: gestora do fundo;
- Fundese - Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico: recomposição de cotas;
- Demais órgãos vinculados ao estado da Bahia.

Ao longo do exercício, o Fundo teve como despesa de taxa de administração o valor de R\$ 874 (R\$ 961 em 2016), e findou o ano com uma obrigação de R\$ 43 (R\$ 89 em 2016), também inerente à taxa da administração.

Com o objetivo de manter o nível de aplicações correspondentes à prestação de garantias do Fundo em consonância com o seu regulamento, foi realizada a recomposição das cotas do Fundo por meio de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, em nome do estado da Bahia e integralizaram o montante de R\$ 65.000, correspondente a 45.376 cotas.